

OS FILHOS DAS “CLASSES PERIGOSAS” NO ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO E A “REGENERAÇÃO” PELO TRABALHO (1871-1910)

MÔNICA REGINA FERREIRA LINS*

[...] entrei na Marinha com [...] quatorze anos e entrei bisonho. Entrei na Marinha bisonho e toda a luz que me iluminou e me ilumina, graças a Deus, que é pouca, foi adquirida posso dizer, na Marinha.

João Cândido

Em 1968, o que faria João Cândido, o mais conhecido dos líderes da Revolta da Chibata, na sua terceira idade, buscar a compreensão de sua inserção no mundo através da instituição que também lhe ofereceu alguns dos momentos mais conflituosos de sua vida? Filho de uma ex-escravizada liberta e de um também escravizado da mesma fazenda, tem os rumos de sua vida alterados pelo mar, onde vira um aprendiz do trabalho e das coisas da vida. Ainda criança entra para uma instituição que vai mudar a sua vida, num período em que muitas transformações ocorriam no país. O depoimento de João Cândido em entrevista concedida a Edmar Morel nos remete a concepção do trabalho enquanto autocriação humana, a sua experiência na Marinha, iniciada aos quatorze anos, lhe constituiu enquanto ser, mesmo tendo sido excluído quando adulto dos quadros da Armada, a memória do que aprendeu não se apagou.

O presente texto traz estudos sobre uma instituição do Estado com intensa participação na política, na ordem institucional e de importância histórica no processo de industrialização do Rio de Janeiro: o Arsenal de Guerra da Marinha em suas relações com a infância e a adolescência pobre pensadas dentro da lógica de um “*povo a se fazer*” no período de transição do sistema escravista para uma sociedade urbano-industrial capitalista. As políticas de Estado seguiam uma adoção de progressiva eleição da criança como “semente do futuro” e como um “problema social”, com eixos de intervenção centrados na correção e prevenção de seus “vícios” e “incapacidades” que atrasariam a construção da pátria frente ao “progresso” e à “civilização”. O ideário do trabalho como regenerador e como gerador de tempo útil para os chamados “menores” embasou as propostas formativas para os filhos das chamadas “classes perigosas”.

* Professora assistente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e doutoranda do Programa de Pós-Graduação e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

O Rio de Janeiro era o centro da política naval e a região onde localizava-se o Arsenal era de grande concentração populacional. Essa instituição tinha participação ativa na vida da cidade. No final do século XIX a maior parte dos trabalhadores dessa área da cidade morava em cortiços, estalagens, casas de cômodo ou no fundo do quintal das fábricas em que trabalhavam.

O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro era a maior organização industrial do período, a primeira instituição estatal a estabelecer o trabalho infantil compulsório e também foi formadora de mão-de-obra para a indústria em crescimento. Desde a sua fundação havia a concepção de que o ensino profissional poderia preparar, desde a infância, a população pobre livre para o trabalho, como fórmula de livrar os meninos pobres dos vícios e transformá-los em “trabalhadores úteis”. Nas oficinas dos Arsenais de Guerra os meninos não recebiam apenas os elementos voltados para a aprendizagem, mas trabalhavam de fato.

O recorte temporal entre 1871 e 1910 para estudar a história dessa instituição justifica-se a partir da escolha de dois marcos históricos que mobilizaram intensos debates na sociedade brasileira com repercussões no campo dos direitos: a Lei do Ventre Livre e a Revolta da Chibata. Pretendo levantar que repercussões e transformações aconteceram no recrutamento e formação das crianças e adolescentes no Arsenal de Guerra da Marinha. As crianças e os adolescentes pobres, livres, escravizados e libertos, aprenderam ofícios, tornaram-se operárias ainda muito cedo, dividiram as apreensões e estratégias de sobrevivência com escravos, com africanos livres, com escravos da nação, com operários adultos nacionais e estrangeiros e viveram as experiências das revoltas, das festas, dos capoeiras, dos batuques, das brigas com a polícia nas ruas do Rio de Janeiro no período em questão.

Desde 1836 os meninos pobres, órfãos ou abandonados entre 8 e 14 anos, chamados de “menores”, eram recolhidos para abastecer as tropas militares e inserção precoce no trabalho, considerado um antídoto contra os vícios que traziam em suas origens e que os tornavam “vadios”, “inúteis” e “perigosos” para a sociedade. Além dessas crianças o Arsenal de Marinha recebia os filhos de prisioneiros, dos escravos da nação e dos africanos livres, que eram encaminhados para os serviços do Estado. Essas crianças e adolescentes circulavam, trabalhavam e moravam nas dependências dessa instituição.

Antes mesmo da Lei do Ventre Livre essas crianças e adolescentes já representavam uma questão interna a ser tratada pela Marinha. Após a promulgação dessa legislação a sociedade e o Estado adotam uma progressiva compreensão da infância como problema social e as famílias pobres passariam cada vez mais a serem vistas como um criadouro de vícios e licenciosidades, incapazes de oferecerem a educação e formação necessárias às novas demandas da nação. No contexto de “reforma do elemento servil” as companhias de aprendizes tinham, como uma de suas tarefas, que dar formação a futuros trabalhadores livres e disciplinados entre os setores pobres da população. Com a Proclamação da República a problemática da infância ganharia novas dimensões passando a ter um tratamento na esfera médica e jurídica. E um exemplo de como a infância passa a ser encarada como um perigo a ser controlado é a instituição do Código Penal de 1890 que reduz para 9 anos a idade limite para responsabilização penal, adotando-se o discernimento desta para o delito cometido como critério de penalização da criança ainda tão nova.

A dualidade das políticas de Estado na época histórica em estudo estava expressa no uso dos termos “criança” e “menor”, que possuem sentidos políticos e sociais diferentes. O tratamento diferenciado pode ser identificado nos espaços distintos de formação na carreira militar nesta faixa etária, os meninos que almejavam se formar para o oficialato disputavam uma vaga na Escola de Marinha ou no Colégio Naval e tinham como pressuposto para a classificação na carreira militar os seus laços familiares e de nobreza, podendo seguir a carreira de guarda-marinha a almirante. Em 1886 houve a fusão dessas duas instituições e foi criada a Escola Naval. A outra formação possível ocorria nas Companhias de Aprendizes, depois transformadas em Escolas de Aprendizes-Marinheiros, que formavam o pessoal para as carreiras subalternas.

As Companhias de Aprendizes Artífices e Companhias de Aprendizes Marinheiros recebiam três grupos de crianças: as enjeitadas das casas dos expostos, as enviadas pela polícia para recrutamento forçado e as “voluntárias” matriculadas pelos pais e por tutores, que inicialmente ganhavam um prêmio pelo alistamento dos “menores”. Os recrutamentos forçados de crianças e adolescentes recolhidos nas ruas eram muitas vezes realizados por encomendas feitas pelos inspetores do Arsenal aos chefes de polícia para “reposição de matéria humana”. O aprendizado objetivava

“regenerar pelo trabalho” e fornecer mão-de-obra qualificada ou semi-qualificada para o trabalho industrial e para os serviços públicos.

Em fevereiro de 1885 as Companhias de Aprendizes passam a ser chamadas de Escolas de Marinheiros-Aprendizes e se firmaram como instituições formadoras que existem até hoje em menor número e concentradas em poucos centros urbanos do país. Desde a sua fundação as companhias e depois escolas de aprendizes-marinheiros foram, especialmente, destinadas às famílias pobres e ao recebimento de crianças órfãs ou abandonadas, neste último caso poderíamos afirmar que aconteceu, em grande parte, via recrutamento forçado de crianças que tinham pais e viviam nas ruas trabalhando, brincando, nas festas e movimentações culturais da cidade ou desenvolvendo estratégias de sobrevivência que poderiam ser a prática de furtos ou outros ilícitos. Outra afirmação possível é a de que havia crianças e jovens que conseguiam ascender socialmente a partir das oportunidades de profissionalização e de engajamento na carreira militar, entretanto, alguns historiadores navais denunciam que o recrutamento forçado trazia para a Armada os “elementos pervertidos” que corrompiam os grumetes¹.

Nesse período no Rio de Janeiro, os higienistas sociais participam ativamente da remodelação da cidade, esquadrinhando os espaços no exercício do controle científico-político do meio, planejando como eliminar os perigosos vapores emanados da população pobre. Enquanto as classes ricas precisavam ser protegidas dos perigos das ruas, os pobres, os trabalhadores e seus filhos eram tratados como objetos de medicalização.

A “ideologia do embranquecimento”, as sociabilidades das crianças recolhidas ou recrutadas a força nas ruas, os filhos dos africanos livres que serviam às fábricas, quando não eram separados de seus pais, as crianças trazidas pelas famílias pobres para uma ação educativa e utilitária de “regeneração pelo trabalho” para o Arsenal de Guerra da Marinha são também elementos constitutivos do problema de pesquisa e com o uso do conceito de “experiência” pretende-se valorizar nas fontes as relações concretas daqueles tomados pelo viés teórico tomsoniano como os “de baixo”, ou seja, os que vivenciaram experiências em comum de conflitos e resistências diante dos interesses

¹ Grumetes são os aprendizes de marinheiros, que realizam tarefas de auxílio aos marinheiros, como as de limpeza, da carpintaria, carregavam instrumentos. Muito novos, na hierarquia ficavam no nível mais baixo entre os subordinados.

econômicos, políticos, culturais e ideológicos diferentes das classes e setores que detém o poder.

As fontes documentais oficiais a serem utilizadas serão os Relatórios Ministeriais do período estudado, que eram enviados anualmente à Assembléia Geral Legislativa para acompanhar a trajetória da política interna do Ministério da Marinha de recrutamento e formação para o trabalho das crianças e adolescentes até a faixa etária dos 21 anos². Nesses Relatórios, encontramos informações de vários assuntos de competência do Ministério: questões de orçamento da pasta ministerial; reivindicações de aumentos de soldos e de aspectos relativos às condições de trabalho e da carreira; levantamentos estatísticos diversos; questões cotidianas; planos de trabalho; análises de cunho político da situação da Armada, dentre outras coisas. Serão utilizados também os Ofícios, Regulamentos e Avisos internos da Armada. Nos livros de ofícios podemos encontrar vários assuntos administrativos e cotidianos, tais como: questões relacionadas a desligamentos e engajamentos na Armada; pedidos diversos de mães em relação aos seus filhos; variadas solicitações em torno das temáticas relativas à saúde do pessoal; inúmeros relatos em torno das condições materiais dos prédios e maquinários; atribuições funcionais para os diferentes setores hierárquicos; relações nominais de escravos da nação e de operários; registros de pedidos envolvendo prisioneiros paraguaios; registros de problemas com faltas e atrasos; narrativas de acidentes de trabalho e de brigas de praças contra guardas de polícia, dentre várias outras questões.

No Brasil os debates em torno da “reforma do elemento servil”, a abolição da escravidão e a defesa do cativo e dos considerados necessários castigos físicos para os fugitivos e rebelados, pautaram-se em grande parte, de um lado, na defesa ao direito de propriedade que os senhores tinham em relação aos africanos e seus descendentes escravizados e, de outro lado, da defesa do direito a propriedade que o homem teria sobre si mesmo. As crianças nascidas libertas, a partir de 28 de setembro de 1871, deveriam ficar sob a tutela dos senhores de suas mães escravas até completarem os 8 anos, e depois como mão-de-obra compulsória e gratuita para compensação dos gastos que os senhores tiveram com elas até os 21 anos. A outra alternativa era a entrega dessas ao Estado mediante reparação através de indenizações, os senhores não podiam

² Essa é a faixa etária utilizada em várias legislações do período e mesmo no interior do Arsenal de Guerra para definir a faixa que antecede a idade adulta.

mais fixar preços para vendê-las e estas eram “anexadas” às suas mães escravas nos inventários. Um número ínfimo de crianças foi assumido pelo governo imperial e acabavam representando despesas para os senhores de escravos, o que ajudaria a explicar o aumento de crianças abandonadas.

A Marinha como proprietária de escravas e dos frutos de seu ventre não podia descartar essas crianças com fazia com aquelas oriundas do recrutamento forçado, que podiam ser descartadas se não fossem robustas, já que muitas delas eram muito pequenas e pouco serviam para o duro trabalho nas oficinas e, desta forma, acabavam acarretando gastos para os cofres do Estado. As escravas eram consideradas relaxadas e devassas e não raro havia queixas da população em relação às crianças que roubavam. Os filhos de africanos livres também representavam um problema, pois as condições da idade e da compleição física também não permitiam o emprego de força de trabalho destes em determinadas funções nas obras públicas, destino prioritário dos que vinham da África e ficavam a espera da Carta de Emancipação. Mães e pais eram frequentemente destituídos do pátrio-poder quando seus filhos eram recolhidos nas ruas e enviados para as instituições como o Arsenal de Guerra e estes precisavam provar que seus filhos viviam nas suas companhias para tê-los de volta e isso não era nada fácil.

Por fim, para a análise da relação desses meninos com o trabalho, assumo a formulação de Thompson de que a experiência modifica “às vezes de maneira sutil e às vezes mais radicalmente, todo o processo educacional” (THOMPSON, 2002:13) e parto da hipótese de que um discurso naturalizado da inferioridade e da subordinação pode encontrar nas contradições da realidade histórica sujeitos que precisam ser entendidos no seu “fazer-se” e nas relações humanas. Neste sentido, a Marinha de Guerra do Brasil, lugar de disciplina e controle, também vivenciou o potencial transgressor dos Marinheiros da Revolta da Chibata e de muitos outros que se apresentaram antes dele nessa travessia de contestação, ou dos meninos e adolescentes que fugiam e se rebelavam nessa instituição de ensino militar.

O Arsenal participou diretamente do processo de expansão urbana e industrial da capital, que trazia as características de uma cidade portuária e contava na primeira metade do século com 16 estaleiros localizados ao longo da rua da Saúde e da Prainha (atual Praça Mauá). Além da amplitude de suas atividades destaca-se a quantidade de pessoas de diferentes origens sociais que vivenciavam experiências comuns em seu

interior: trabalhadores livres, trabalhadores escravos e escravas da nação, escravos de ganho, africanos livres, profissionais liberais, artistas náuticos, trabalhadores portuários que se organizavam associativamente, estrangeiros, prisioneiros, comerciantes e muitas crianças e adolescentes. O entorno onde o Arsenal de Guerra estava sediado trazia o burburinho das multidões nas ruas, lugar de reunião dos sindicatos e das rebeliões, expressão do vício e do perigo, as ruas estreitas e sujas eram o signo do atraso e das pestes, das epidemias, da prostituição, da sexualidade, da mendicância, da violência e de crianças e adolescentes.

O Estado buscou normatizar a infância a partir de um paradigma civilizatório positivista e da projeção da imagem do adulto ideal, separando os bons e os maus elementos. A palavra regenerar significa “educar os genes” e melhorar a “raça” e tal lógica passava pelos campos biológico, político e cultural, a fim de melhorar o patrimônio genético. A desqualificação da família no trato da educação de seus filhos é outra característica que permite compreender o período. O trabalho seria a fórmula para moldar crianças com disciplina rígida, articulado em espaços fechados e com o tempo controlado, elementos considerados importantes para uma higiene mental.

No período da escravidão, a atividade manual era vista com desprezo pelos trabalhadores livres e os serviços artesanais e de manufatura, sempre que possível, eram encaminhados para o trabalhador escravizado. Com o processo de industrialização tornou-se necessário produzir uma nova força de trabalho, e a criança e o jovem eram apostas promissoras para uma adaptação mais rápida às máquinas e aos novos hábitos disciplinares. Outro aspecto que justificava o grande interesse pela mão-de-obra infanto-juvenil diz respeito às baixas remunerações praticadas, fator que deu uma grande contribuição para o aumento dos lucros auferidos pelos empresários. O trabalho precoce, mais do que uma “higiene mental” para crianças e adolescentes, tinha um sentido utilitário que acompanhava o modelo urbano industrial em desenvolvimento.

Composto por um conjunto de diversas fábricas e oficinas o Arsenal tinha como funções centrais atender aos serviços de manutenção, reparo e construção de navios, abastecer as outras embarcações e a população com água, fornecer operários para outras fábricas e para particulares, formava e qualificava força de trabalho interna e externa, fabricava munições e armamentos, atuava nas obras e serviços públicos, nas brigadas de incêndios e outras atividades que no futuro passariam a ser exercidas pela capitania dos

portos. Funcionou como “indústria motriz” e suas muitas encomendas possibilitaram o surgimento de outros estaleiros na região, além de surgirem inúmeras atividades complementares em seu entorno, pois consumia de comerciantes locais insumos como chapas de ferro, carvão, borracha, lona, embora tivesse a sua própria fábrica de lonas.

A Marinha exercia na cidade um efetivo papel na manutenção da ordem pública e nas situações em que a chamada normalidade constitucional poderia estar em perigo. Representante do Estado no mar e com funções de defesa, cabia-lhe a tarefa de dar preparo técnico e profissional às suas guarnições. Suas funções não-bélicas não se restringiam a aos interesses militares e atuava, por exemplo, como formadora do pessoal técnico da Marinha Mercante e na segurança da navegação mercante no litoral e nos portos nacionais. Nas situações de calamidade pública, ou de emergência a Armada prontificava seus quadros na área de defesa civil. Ao longo de todo o Império a população da cidade sofreu muito como desabastecimento de água e a Marinha atuava também nessa área. Não havia água encanada nos domicílios e a população recorria aos chafarizes existentes.

Greenhalgh (1998) relata que a Marinha teve no século XIX prisões no mar e na terra e as presingangas eram navios que serviam de presídios flutuantes, geralmente eram embarcações que aguardavam reparos mais demorados ou que haviam recebido baixa, essas instalações prisionais e os calabouços abrigavam presos políticos, prisioneiros de guerra como os paraguaios que foram recolhidos na Fragata Paraguaçu, militares que eram desertores, as chamadas mulheres galés, escravos fugitivos, escravos que haviam cometido assassinatos e praticantes de outros crimes, crianças e adolescentes. Todos coabitavam o mesmo lugar e das ações correcionais a que eram submetidos destacavam-se os trabalhos forçados, fato que beneficiou a construção do dique da Ilha das Cobras e os cortes nas pedreiras que existiam no entorno. As “mulheres galés” que cumpriam penas nas prisões da Marinha e as que eram casadas com presos, acompanhadas ou não de filhos, eram admitidas como hóspedes nas instalações penitenciárias. O número de famílias com crianças nas prisões da Marinha cresceu muito a partir de um Aviso datado de 1828 e as mulheres que não eram casadas podiam visitar seus companheiros nas prisões e no trabalho nas pedreiras. O historiador naval considerou que elas seriam as responsáveis por fazerem chegar até os presos o álcool, um grande vilão contra a manutenção da ordem.

As crianças e os adolescentes não ficavam separados dos adultos nos espaços de aprendizagem e convívio e assim estavam em contato não apenas com as habilidades dos adultos para o exercício das atividades laborais, mas também presenciavam e compartilhavam práticas de furto, de alcoolismo, de brigas violentas, de ausências no serviço, de práticas associativas com outros trabalhadores da cidade e estavam submetidos às sucessivas punições. Pelo regulamento os “menores” não podiam ser submetidos às chibatadas, mas sabe-se que os comandantes tinham liberdade hierárquica para decidir os castigos a serem impostos. Para os comandantes os costumes no interior da Armada e os códigos-não-escritos valiam mais que a “generosa” legislação que autorizava até 25 chibatadas por dia. O álcool, por exemplo, que não deveria ser apenas hábito das “classes perigosas”, era compartilhado pelas diferentes idades, sexos e graus hierárquicos no interior do Arsenal, fazia até mesmo parte da ração que recebiam da Marinha e o seu consumo excessivo era vício, fuga e transgressão.

O Censo Marítimo de 1872, anexado ao Relatório do Ministério da Marinha do mesmo ano apresenta que no Rio de Janeiro a Marinha possuía então 2.111 escravos da nação dentre os 11.308 listados como pessoal de longo curso, de cabotagem, de tráfego dos portos e rios e de pescaria. No levantamento envolvendo as nove províncias em que possuía base havia um total de 30.407 livres e 4.582 escravos trabalhando na Marinha, sendo que o registro indica que houve de 1871 para 1872 um decréscimo no pessoal de 1474 escravos, mas não explica o motivo da redução.

No Relatório Ministerial de 1872 o ministro reclama maior auxílio das autoridades para as Companhias de Aprendizes Marinheiros, principalmente pelo fato de que os “orfhãos e filhos de indigentes” (op.cit.1872:16) encontram nesta instituição amparo e honrosa profissão. Segundo o ministro,

“Tas instituições tem quase dispensado o odioso expediente das levas forçadas. Os aprendizes, convenientemente educados desde tenra idade, e já affeitos aos trabalhos e vicissitudes da vida militar, promettem ser as melhores praças da armada: e; portanto, urge vencer os obstáculos que os desviam das companhias: tal é o meu empenho”. (MARINHA, 1872:16)

Venâncio (2004) informa que as Companhias de Aprendizes são as primeiras instituições inteiramente públicas para menores. Muitos pais nesse período levavam os

seus filhos para serem recrutados, mas o que poderia significar a falta de amor paterno revelou-se, nas documentações investigadas por ele, uma possível preocupação e desvelo familiar, pois a referida instituição era uma das pouquíssimas alternativas de aprendizado profissional para a criança pobre. Além dos ofícios tradicionais, que todo marinheiro precisava aprender, eles podiam assimilar “as primeiras letras”, prática rara em uma sociedade na qual apenas 16 % da população entre os 6 e 15 anos frequentava a escola.

Se é verdade que na época estudada a apresentação voluntária não era atrativa para um vasto setor da população por conta da vida que Greenhalgh chama de “árdua, arriscada e sem compensações”, também constatam-se registros de pais que desejavam para seus filhos a expressão correcional que se dava a vida de marinheiro.

“Mas o que tornou peculiar à Marinha brasileira era a opinião que nela havia, manifestada como se acaba de ver pelas altas autoridades e compartilhada por toda a sua oficialidade, da expressão correcional que se dava à profissão do marinheiro em navios de guerra. Essa idéia (sic), que se estendeu por toda a Nação, criou tão profundas raízes, que ainda hoje, quando tudo está inteiramente mudado, certas mães, nas classes mais humildes de onde saem os marinheiros, para trazerem os filhos à obediência, ameaçam-nos de mandá-los servir na Marinha”. (GREENHALGH, 1998:25-26)³

Nos livros de ofícios trocados entre os inspetores da Marinha e a Secretaria de Estado entre 1870 e 1872 existem vários requerimentos de mães solicitando que os seus filhos pudessem pernoitar em casa por serem os provedores da família, ou para ajudá-las no serviço doméstico por serem muito pobres. Não é possível afirmar que essas crianças e jovens cumpririam uma dupla jornada de trabalho para sustento de suas famílias, mas a argumentação das mães nos leva a suspeitar que esse possa ser um dos motivos. A partir dos 17 anos já recebiam, mas os soldos não eram tabelados e nem tampouco recebidos em dia.

Segundo Marcílio (1998) o aprendizado terminava aos 21 anos, quando reconhecidos aptos passavam à última classe dos operários, e tinham a obrigação de

³ Chama atenção nesse livro de publicação do Serviço de Documentação da Marinha a nota do editor sobre esse comentário de Greenhalgh lembrando que o texto foi escrito na década de 50, e ressalta que o recrutamento para a Marinha nos dias de hoje “é feito entre jovens de bom nível de escolaridade e bons requisitos morais.

servir por seis anos se houvesse vaga, ou como extranumerários. Após os 17 anos e um ano de exercício efetivo o aprendiz começava a receber pela jornada diária. O Arsenal sempre teve aprendizes para várias profissões, admitidos ainda crianças e distribuídos em diferentes oficinas podiam ir galgando postos. Entre 1840 e 1864 foi o período em que ocorreu a expansão e o aumento de prestígio dessas instituições no Brasil todo. Com o início da Guerra do Paraguai instalou-se um clima de desconfiança por parte das camadas populares em relação aos seus objetivos.

Sousa (1998) afirma que entre 1836 e 1870 a participação dos menores oriundos da Companhia de Aprendizes no contingente do Corpo dos Imperiais Marinheiros foi de 33,45%, mas durante a Guerra do Paraguai o número subirá para 37,57%. Cerca de 6,76% do total de praças era de menores libertos e dos 331 voluntários menores da Companhia de Aprendizes (1865-69), 290 foram adestrados para alguma atividade e enviados para a guerra. Um outro elemento chama muita atenção nos dados do período levantados pelo pesquisador: 89,87% dos menores nos corpos de aprendizes de marinheiros foram aprisionados por autoridades policiais.

Venâncio descreve esse período como de “caçada” às crianças nas ruas da capital brasileira e encontraremos nos quadros dos oficiais que lutaram na Guerra a presença de pequenos marinheiros de 11 ou 12 anos de idade e assim fala “desses mártires anônimos”.

“Em que pese a louvação da historiografia oficial em relação aos “grandes almirantes”, foram os garotos saídos das ruas, ou praticamente raptados das suas famílias, que de fato se expuseram aos perigos das balas de metralhadoras e de canhões. Foram eles que, de maneira mais arriscada, ajudaram os aliados antiparaguaios a vencer a guerra”. (VENÂNCIO, 2004:208)

Nascimento (2008) afirma que a já citada aversão da população ao serviço militar, devia-se não só aos baixos soldos e à falta de alimentação, mas, principalmente, ao uso de castigos corporais, que continuaram como prática mesmo após a Abolição até o início do século XX, regulamentados ou não, o que constituiu um elemento propulsor das reivindicações e manifestos, antes, durante e depois da mais conhecida revolta que aconteceu na Marinha: a Revolta da Chibata.

A atuação da polícia no recrutamento também tinha um papel de ganhos extras para os policiais, pois além de seus soldos recebidos por suas funções de policiamento das ruas ainda poderiam ganhar recompensas pela captura de escravos fugidos, mendigos e alistados. Mas qualquer indivíduo poderia ser um agente de recrutamento e receber a recompensa do sistema gratificações, assim como era feito com a captura de escravos fugidos, pois entregar um “menor” para a Marinha era um bom negócio. Nascimento (2001) identificou que ao longo do século XIX crianças e adolescentes foram cada vez mais assumindo os lugares dos adultos e tornando-se maioria no quadro de marinheiros,

“No mapa estatístico do ministro da Marinha, de 1888, isso fica mais claro, pois observamos que entre 1840 e 1888 as companhias de aprendizes, as que recebiam os menores e os instruíam para servirem nos navios, enviaram para o Corpo de Imperiais Marinheiros 8.586 menores aptos para o serviço nos navios de guerra, contra 6.271 homens recrutados à força e 460 voluntários”. (NASCIMENTO, 200:75)

Segundo Nascimento (2001) os pais que enviavam seus filhos de forma voluntária para as companhias de aprendizes tinham além da possibilidade de corrigi-los, ou ensiná-los as primeiras letras, a esperança de que aprendessem um ofício. Os genitores e tutores que entregassem voluntariamente os menores recebiam o prêmio de 100\$000:00, que também poderia ser revertido para o aprendiz. Entretanto se quisessem retomar a guarda do filho antes do período regulamentar deveriam restituir o erário público em seus gastos com o aprendiz durante o período de internação deste, somado ao prêmio recebido na ocasião do alistamento. Existiam ainda os casos de pais que eram enganados por pessoas que se apresentavam para intermediar a apresentação do menor às Forças Armadas como “tutores” e embolsavam o prêmio. Para a Marinha o problema maior estava nos caso de deserção do menor meses depois. Para proteger as finanças do Estado houve mudanças nas Instruções sobre o prêmio e pecúlio dos aprendizes marinheiros e o valor concedido aos pais e tutores passou a ser revertido ao menor que não desertasse e este só receberia 50 meses após assentar praça.

Na leitura do trabalho de Sousa (1998) fica evidente a relação utilitária com os menores no trato com o pecúlio que tinham direito de receber aos 16 anos, após serem elevados à categoria de operário avulso. O autor lança uma pergunta ilustrativa sobre o

que recebiam ao final: “O que dizer dessa transação, renda ou mais valia? (SOUSA, 1998:40)

“Os menores eram requisitados como os salvadores da pátria. O decreto nº 2615, de 1861, deu novo regulamento à Companhia de Aprendizes, com o intuito de acumular pecúlio em proveito de tais menores; estabeleceu um desconto no salário líquido de uma quarta parte depositada, a juros, em estabelecimento de crédito. O Estado abonava a todo menor, em 50 meses de efetiva praça, à razão de 2/3 do soldo mensal. Findo o prazo de cumprimento dos serviços de praça, o aprendiz retiraria o valor do pecúlio de depois de descontadas as dívidas para com o Estado”. (SOUSA, 1998:40)

O produto do desconto envolvia gastos com: uniformes, pagamento de quinzenas, anotações sobre os valores da caixa social pertencente ao menor, recebimentos e descontos. Assim, segundo Sousa (1998), entre créditos e débitos o resultado era zero. Da parte do Ministério da Marinha não havia dúvida de que os “órfãos desvalidos” eram grandes beneficiários, pois tornavam-se úteis para sociedade e a Companhia seria uma grande fornecedora de mão-de-obra. Essa prática estava circunscrita na lógica de que o Estado estava fazendo um investimento na criação e educação dos menores, por retirá-los da indigência e discipliná-los, tornando-os produtivos.

Almeida (2010) trata em seu artigo como o início da Primeira República consistiu em afirmar ideais da modernidade contornados pela ideia de progresso, civilização e ordem em instituições oficiais como a Marinha. O período e o universo em questão se caracterizariam por uma importante contradição entre a dimensão material, supervalorizada, e a pessoal, menosprezada. O projeto de modernização e reaparelhamento dos equipamentos navais não foi acompanhado pela modernização do pessoal. A lei de 1874 de sorteio marítimo militar, que excluía setores da população, como os fisicamente inaptos, os diplomados e os trabalhadores de alguns setores fundamentais para o mercado de trabalho na época, não foi posta em prática. O sorteio foi somente executado em 1903 e consistiu num verdadeiro fracasso. Mesmo após a legislação de 1874, a Marinha continuou contando com o voluntariado, com o recrutamento forçado e com os marinheiros oriundos das escolas de aprendizes.

A autora cita o vice-almirante Hélio Leôncio Martins em seu conhecido livro “A revolta dos marinheiros, 1910”, que afirma que o trabalho exigido para os navios a vela exigia “homens feras”, por isso seria aceitável o recrutamento forçado de homens

enviados pela polícia e adestrados por uma disciplina que permitia os castigos corporais. Nesta passagem, destacada por Almeida (2010), o vice-almirante marca uma crítica central não a má formação e a separação da ação de executar e pensar o trabalho, que certamente dificultaria o trato com uma tecnologia mais avançada, mas sim a falta da troca do pessoal de bordo. Encontraremos em textos de historiadores navais ou de oficiais de alta patente, localizados historicamente no século XIX, a constatação de que a Marinha precisaria embranquecer e melhorar o nível familiar do seu pessoal. A formação primeira da marinhagem viria do berço e não da oferta de uma educação pelo trabalho que incorporasse os conhecimentos da ciência e da tecnologia ao lado da necessária compreensão do mundo em que vivem em seus múltiplos aspectos formativos.

Hélio Leôncio Martins, contra-almirante e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), destaca que os navios modernos necessitavam de gente preparada e educada. Ao descrever as condições dos veleiros, que chamou de esquifes com “condições higiênicas precaríssimas, alimentação deteriorada e água poluída”, também discorre sobre o tipo de pessoal possível para tripulá-los que seriam “sub-homens recrutados à força nos níveis mais baixos da humanidade” (MARTINS, 2005:4). Só era possível manter as “feras disciplinadas” mediante o tratamento impiedoso e o uso da chibata era o mais suave. Tais recursos disciplinares, também usado em países como a França, a Espanha, a Grã-Bretanha, a Alemanha, foram sendo substituídos a medida em que os navios se modernizaram, tornando-se mais rápidos, tecnicamente mas complexos, portando, inclusive, água destilada. A tecnologia justificou o recrutamento de gente especializada e mais educada. O Brasil não teria seguido os mesmos rumos das nações citadas e continuou a manter nos quadros da Marinha a “ralé das cidades”.

O trabalhador marinho do século XIX seria, segundo essa forma de análise, a extensão dessa dimensão material das embarcações brutas e do ambiente bárbaro que lhe era proporcionado, e ele só precisava ter como qualidade principal a “robustez física e a inconsciência do perigo”. E ao comentar sobre as tentativas de melhor preparo do pessoal das escolas de aprendizes, Martins (2005) mais uma vez lamentava a baixa qualidade humana dos alunos, portadores de baixo nível intelectual. Os grumetes saíam

analfabetos ou semi-analfabetos e ombreavam em seu cotidiano de trabalho com elementos novos como os telegrafistas, os eletricitas, os maquinistas.

Entretanto, a exigência de melhor formação dos aprendizes aumenta na segunda metade do século XIX quando a demanda internacional de industrialização e segurança passa a incentivar a admissão de navios mistos: à vela e a vapor. Para atender essa demanda novas regulamentações internas foram surgindo a partir da necessidade de novos postos de trabalho nas diferentes especialidades: construção naval, máquinas, obras civis e militares e artilharia. Os navios passaram a ser verdadeiros estabelecimentos industriais e também adotavam a disciplina e o tempo produtivo da fábrica.

Nascimento (2008) defende a tese de que a origem social dos marinheiros amotinados em 1910 era majoritariamente de negros, para tanto faz um minucioso levantamento das argumentações surgidas na época em artigos de jornais, charges e destaca o posicionamento de José Eduardo de Macedo Soares, um jovem e importante oficial da época, que declarou em seu texto, como a hierarquia militar se compunha: oficiais brancos comandavam subalternos negros. Diz o historiador a partir desse registro:

“Segundo ele, nas “guarnições 50% são negros, 30% mulatos, 10% caboclos, 10% brancos ou quase brancos”. José Eduardo de Macedo Soares revelou, portanto, a existência de uma marinha negra. As camadas mais baixas da hierarquia militar – e, por isso mesmo mais populosas – eram compostas majoritariamente por homens negros. Infelizmente não há estatísticas oficiais que possam fornecer dados sobre a cor do marinheiros, a não ser pequenos extratos, dispersos em fontes isoladas. Mesmo sendo poucos, esses registros indicam a existência de uma Armada majoritariamente negra”. (NASCIMENTO, 2008:76)

Nascimento (2008) prossegue analisando que o texto de José Eduardo de Macedo Soares era influenciado pelas ideias raciais vigentes no período e definia que os males trazidos pelos raquíticos e mal encarados negros eram defeitos do atraso de suas origens africanas, que comprometiam e influenciavam os marinheiros de outras raças. Atribuía um sentido que transformava esses homens em uma massa incorrigível tomada pela “preguiça”, pela “incapacidade”, pelos “vícios”, pelas “violências sexuais”, pelos “sambas” e deveriam ter sido banidos da Armada antes do reaparelhamento naval. O

oficial defendia que os castigos corporais eram necessários e indignou-se com os políticos que criticaram tal prática punitiva em relação aos “negros boçais” e encontrava na raça destes a origem dos acontecimentos de 1910. Os marinheiros que se rebelaram em 1910 traziam a experiência de outros movimentos que aconteciam na capital e um questionamento no campo das lutas sociais por direitos.

Nascimento (2008) afirma que o movimento dos marinheiros não foi somente contra a chibata, mas visava um projeto de melhoria das condições de trabalho. Nos navios modernos que haviam sido comprados as tripulações eram muito pequenas para a execução de tantos serviços. Vejamos o manifesto dos marinheiros enviado para o governo durante a conhecida Revolta da Chibata e as suas reivindicações:

“Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1910.

Ilmo. e Exmo. Presidente da República Brasileira

Nós marinheiros, cidadãos e republicanos, não podemos mais suportar a escravidão na Marinha Brasileira, a falta de proteção que a Pátria nos dá e até então não nos chegou, rompendo o negro véo que nos cobria os olhos do patriótico e enganado povo.

Achando-se todos os navios em nosso poder, tendo a seu bordo prezoneiros todos os oficiais os quais teem sido os cauzadores da Marinha Brasileira não ser grandioza, porque durante vinte annos de República ainda não foi bastante para tratarmos como cidadãos fardados em defesa da pátria mandamos esta honrada mensagem para que V.Excia. faça nós Marinheiros Brasileiros possuirmos os direitos sagrados que as leis da República nos facilita, acabando com as desordens e nos dando outros gosos que venham engrandecer a Marinha Brasileira, reformar o Código imoral e vergonhoso que nos regem, a fim de que desapareça a chibata, o bolo e outros castigos semelhantes; aumentar nosso soldo pelos últimos planos do Ilmo. Senador José Carlos de Carvalho, educar os marinheiros que não teem competencia para vestirem a orgulhoza farda, mandar porem vigora tabella de serviço diário, que a acompanha.

Tem V.Excia. o prazo de doze (12) horas para mandar-nos a resposta satisfatória, sob pena de ver a pátria aniquilada.

Bordo do Encouraçado “São Paulo”, em 22 de novembro de 1910.

Nota- não poderá ser interrompida a ida e volta do mensageiro”.

Marinheiros

Esse Manifesto, que alguns historiadores chamam de documento de identidade da revolta, traz reivindicações de direitos republicanos e direitos militares. Para os historiadores navais esse marinheiros eram insubordinados e assassinos. Hélio Leôncio Martins se reporta a Dias Martins, um dos líderes do movimento, como um dos “meninos incorrigíveis” que a Marinha recebeu e que para o historiador naval teria escrito o manifesto. “Incorrigíveis” ou não, “Homens-feras” ou não, “assassinos” ou não, esses homens pediram em seu documento o direito à educação, pedem para serem tratados como “cidadãos fardados em defesa da pátria”, querem o fim da chibata e soldos melhores, abrem o texto com as três identidades perseguidas “marinheiros, cidadãos e republicanos” e fecham assinando com o que é a matéria-prima de suas experiências de vida: MARINHEIROS.

Thompson (1987) considera que o direito tem papel fundamental na ordenação e constituição da realidade. Uma das apropriações desse importante historiador que pretendo fazer é a interpretação do direito como um campo complexo de lutas e de produção de subjetividade, pois a presença hegemônica de uma determinada classe na definição de um direito não implica na esterilização das lutas da outra que a antagoniza e das possibilidades de transformações sociais.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Silvia Capanema P. A modernização do material e do pessoal nas vésperas da revolta dos marujos de 1910: modelos e contradições. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: vol.23, nº 45, p.147-169, janeiro-junho de 2010.

BRASIL. *Relatório apresentado a Assembléia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Décima Quinta Legislatura, pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Marinha, Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2108/000001.html>

GREENHALGH, Juvenal. *O Arsenal de Marinha no Rio de Janeiro na História II (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Mandado imprimir pelo Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. Impresso nas oficinas gráficas do IBGE, 1965, p.148.

_____. *Presingangas e Calabouços: Prisões da Marinha no Século XIX*. Rio de Janeiro: Amigos do Livro Naval - Serviço de Documentação Naval da Marinha, 1998.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARTINS, H. Leôncio. *João Cândido e a Revolta de 1910*. Rio de Janeiro: Navigator, nº 1, 2005.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

_____. *Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2008.

_____. *A polícia e o porto: marinheiros, imigrantes e os consulados estrangeiros no Rio de Janeiro (1890-1920)*. Acesso em 2010a, www.crimenysociedad.com.ar/wp-content/.../pereira-do-nascimento.doc, 2010a.

_____. *Escravidão nos arsenais da Marinha. O Arquivo Nacional e a História Luso-brasileira*. Acesso em 2010b, www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br.

SOUSA, Jorge Prata. A mão-de-obra de menores: escravos, libertos e livres nas instituições do Império. In: SOUSA, Jorge Prata (org.). *Escravidão: ofícios e liberdade*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro- APERJ, 1998.

THOMPSON, E.P. *A Formação da Classe Operária Inglesa I- A Árvore da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª edição, 1987.

_____. *Os românticos: Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Senhores e Caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VENÂNCIO, Renato Pinto Os aprendizes da guerra. In: Del PRIORI, Mary (org.) *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto, 2004, p. 192-209.